

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

PROCESSO: 229/2017-e

ASSUNTO: Representação

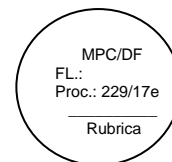
PARECER: 231/2017-CF

EMENTA: Representação de empresa privada com pedido cautelar. Possíveis irregularidades cometidas pela SEMOB/DF na condução da Licitação Pública Internacional – LPI 001/2015. Contratação de empresa especializada para execução de obras públicas viárias (passarelas). Representação parcialmente procedente. Corpo Técnico pela inabilitação da empresa declarada vencedora e determinação à jurisdição para saneamento de irregularidade. MPC/DF aquiesce.

Cuidam os autos de Representação formulada pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda, com pedido de cautelar, referente a possíveis irregularidades na Licitação Pública Internacional 001/2015, relacionada à contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos executivos e da construção de passarelas PS 06 e PS 07 na DF-095/ETCL e da passarela PS 04 na DF-003/EPIA - lote 01.

2. A Unidade Técnica, por meio da Informação 001/2017-3ª-Diacomp (Peça 4), analisou a admissibilidade da referida Representação, onde se destacaram as supostas irregularidades cometidas pela Semob na condução dos procedimentos de seleção do citado certame:

- a) Ausência de informação à ora representante sobre os fundamentos utilizados pela SEMOB/DF no julgamento da improcedência do recurso administrativo interposto pela mesma: alega que a SEMOB/DF sumariamente informou-lhe sobre a improcedência de seu recurso administrativo e sobre a pronta adjudicação do respectivo contrato administrativo à empresa ENGEMIL (1ª colocada);
- b) Manifestas irregularidades do processo de habilitação técnica da LPI nº 001/2015:
 - b1) indevida habilitação da empresa ENGEMIL (1ª colocada): alega que esta empresa foi habilitada sem a apresentação do Formulário “FIN 3.1” citado no edital;
 - b2) indevida adjudicação do certame à empresa sem comprovação da qualificação técnica: alega que nenhum dos atestados apresentados pela



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

empresa ENGEMIL (1ª colocada) contempla a execução de obra de artes especiais em vias urbanas em valor atualizado de R\$ 4.100.000,00, como previsto em dispositivo editalício;

3. O Tribunal, por meio da Decisão 26/2017, referendou a Decisão Liminar 010/2010-P/AT, onde se decidiu:

I - conhecer da Representação protocolada pela empresa AJL Engenharia e Construção, CNPJ 32.913.725/0001-67 (peça 1); II – deferir o pedido cautelar formulado pela representante para fins de determinar à SEMOB/DF que, até ulterior deliberação plenária, se abstenha de celebrar o ajuste decorrente da Licitação Pública Internacional – LPI nº 001/2015; III - conceder prazo de 5 dias úteis à SEMOB/DF e à empresa ENGEMIL, para apresentarem os esclarecimentos quanto ao teor da Representação supracitada; IV - autorizar o(a): a) encaminhamento de cópia do Voto, respectiva Decisão e da Representação (peça 1) à SEMOB/DF e a empresa ENGEMIL para subsidiar suas manifestações; b) ciência da decisão que vier a ser proferida à representante, informando-a de que as futuras tramitações destes autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail); c) retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, com vistas ao NFO, para os devidos fins.

4. Em atendimento, a Semob se manifestou por meio do Ofício 46/2017-GAB/Semob (Peça 17). A empresa Engemil, por sua vez, apresentou seus esclarecimentos por meio de documentação acostada ao processo (Peça 15).

5. A empresa AJL Engenharia apresentou novo documento (Peça 13), informando que a Semob procedeu a assinatura do contrato com a empresa Engemil, conforme publicação no DODF em 10/01/2017, visto que a Secretaria somente foi comunicada da referida Decisão em 11/01/2017. Com isso, requer, em adição aos pedidos da inicial, determinação desta Corte para que a Semob se abstenha de expedir Ordem de Serviço e/ou autorizar a execução do objeto do Contrato 008/2016, firmado entre essa Secretaria e a empresa Engemil Engenharia.

6. Ressalta-se que a Semob, no referido Ofício nº 46/17, reconheceu que o Contrato fora assinado antes da Decisão Liminar e que, em respeito à cautelar concedida, abster-se-ia de emitir Ordem de Serviço para o início das obras até o deslinde da questão (fls. 5 da Peça 17).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

7. Os autos foram então encaminhados ao NFO, para análise das irregularidades do processo de habilitação técnica da LPI 001/2015, em atenção ao contido no item IV, “c” da Decisão Liminar 010/2017-P/AT.

8. O NFO, por seu turno, elaborou a Nota Técnica nº 03/17-NFO (Peça 33), cabendo destacar:

47. Tendo em vista que a Representação da empresa AJL tem como foco central questionamentos acerca da qualificação da empresa Engemil Engenharia, declarada vencedora do certame, para executar o objeto licitado, seguem reproduzidas abaixo as exigências contidas no Edital da LPI n.º 001/2016 na Seção I – Instrução aos Licitantes (IAL) (e-DOC BF804D8A-e, página 12):

5.5 Para a adjudicação do Contrato, os Licitantes deverão cumprir com os seguintes critérios mínimos de qualificação: (...)

(b) experiência, como Empreiteiro, igual ou superior à requerida nos DDL, na construção de obras de natureza e complexidade equivalentes às das obras objeto da Licitação, adquirida durante o período especificado nos DDL (para cumprir esse requisito, as obras citadas deverão estar concluídas em pelo menos 70%);

48. Na seção II do Edital (e-DOC BF804D8A-e, páginas 31/32), atinente aos Dados da Licitação (DDL), tem-se que:

IAL 5.5 (b)

A experiência mínima requerida do Licitante é:

1 Experiência Geral em Construção, mediante comprovação de execução de contratos de construção de obras, na qualidade de Empreiteiro, Subempreiteiro ou Administrador de Contratos, durante os últimos 5 (cinco) anos anteriores à data limite para a apresentação das Propostas, e com atividades pelo menos durante 09 (nove) meses em cada ano.

2 Experiência Específica em Construção, mediante cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1 Experiência Específica em Contratos de Obras Semelhantes, mediante comprovação de participação, na qualidade de Empreiteiro, Subempreiteiro, ou Administrador de contratos, em pelo menos 03 (três) contratos de obras de implantação de vias urbanas e obras de arte especiais, durante os últimos 05 (cinco) anos, em cada caso com valor atualizado de sua participação não inferior ao valor equivalente em Reais (R\$) a seguir discriminado:

Lote 1: R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais).

Os contratos acima referidos deverão ter sido iniciados e exitosa ou substancialmente (em pelo menos 70%) concluídos nesse período, e ser semelhantes (equivalentes em natureza e complexidade) às Obras objeto da Licitação. A semelhança deverá se basear na escala física, nos métodos ou na tecnologia, ou em outras características técnicas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

2.2 *Experiência Específica em Atividades Essenciais de Construção, mediante comprovação de execução, nos contratos que precedem ou noutros contratos exitosos ou substancialmente (em pelo menos 70%) concluídos no período acima estipulado, dos seguintes quantitativos mínimos, das seguintes atividades essenciais de construção:*

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Execução de estaca perfurada do tipo hélice contínua diâmetro 600 mm, inclusive fornecimento de materiais	m	1.600
02	Fornecimento de concreto usinado fck=25Mpa inclusive lançamento e adensamento	m³	880
03	Fornecimento de aço CA-50, preparo e colocação em formas.	kg	92.000
04	Fornecimento e fabricação de estrutura metálica em aço SAC 300 - NOVACAP	kg	80.000
05	Montagem em estrutura de obras de artes especiais em aço SAC 300 - NOVACAP	kg	80.000
06	Cimbramento tubular desmontável, para ponte ou viaduto, edificação civil e industrial (Locação por 2 meses)	m³	1.150

2.3 Os Licitantes deverão apresentar declaração indicando a forma na qual serão realizados os testes e ensaios de laboratório, podendo ser em instalações próprias, com pessoal capacitado, ou em laboratório contratado. Deverão ser apresentados os nomes e respectivas competências profissionais da equipe que estará a cargo dos ensaios para aprovação da Contratante antes da mobilização.

49. Importante destacar, tendo em vista errata publicada no DODF n.º 93/2016, de 17/05/2016, a mudança na redação do item 2.1 supracitado, passando a ter o seguinte conteúdo:

*Leia-se: "2.1 Experiência Específica em contratos de obras semelhantes, mediante comprovação de participação, na qualidade de empreiteiro, subempreiteiro ou administrador de contratos em **pelo menos 01 contrato** de obra de implantação de vias urbanas e obras de arte especiais, durante os últimos 05 anos, com o valor atualizado de sua participação não inferior ao valor equivalente em reais a seguir discriminado:*

Lote 01: R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais)".

50. Para a melhor análise dos fatos, tem-se, em resumo, os seguintes itens arguidos pela empresa AJL:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

- a) A empresa Engemil Engenharia foi habilitada sem apresentar o Formulário “FIN 3.1 (a) dados dos balanços e dos demonstrativos de resultados” citado no edital; (item b.1 da peça 04)
- b) Os atestados apresentados pela empresa Engemil Engenharia para comprovação do subitem IAL 5.5 (b) 2.1 do Edital da LPI n.º 001/2015 não contemplavam a execução de obra de arte especial em vias urbanas em valor atualizado de R\$ 4.100.000,00; (item b.2 da peça 04)
- c) O atestado apresentado pela Engemil Engenharia, para comprovar a exigência prescrita no subitem IAL 5.5 2.2 do Edital, referente ao “cimbramento tubular desmontável, para ponte ou viaduto, edificação civil e industrial (locação por 2 meses), foi emitido pela empresa CAENGE vencedora da Concorrência n.º 03/2004-COLS/SES, de 22/10/2004, sócia ostensiva, decorrente de contrato particular em conta de participação celebrado com mais cinco empresas sócias participantes, dentre elas a Engemil —Engenharia, Empreendimento, Manutenção e Instalações Ltda., não podendo por essa razão ser aceito. (item b.2 da peça 04)

51. Diante de tais questionamentos, este Núcleo entende ser de sua especialidade apenas o contido no item “b.2”, pois o item “b.1” trata, em verdade, de assunto da qualificação econômico financeira, o qual deve ser avaliado pela SEACOMP.

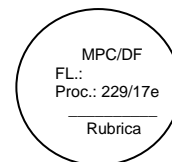
52. Acerca da validade do atestado apresentado pela empresa Engemil Engenharia para comprovar a exigência prescrita no subitem IAL 5.5 2.2 do Edital, referente ao “cimbramento tubular desmontável, para ponte ou viaduto, edificação civil e industrial (locação por 2 meses), tem-se que o CREA/DF validou tal atestado, de acordo com contido no Ofício n.º 393/2016-GAB (e-DOC A8C43C44-c; páginas 16/17).

53. No documento, o CREA/DF informa que a Certidão de Acervo Técnico – CAT foi concedida com autorização da Câmara Especializada de Engenharia Civil, Minas, Geologia e Agrimensura – CEEGMA do referido Conselho, tendo validade em todo território nacional.

54. Dessa forma, com base nesse documento, entende-se que o atestado apresentado pela empresa Engemil para comprovar a exigência prescrita no subitem IAL 5.5 2.2 do Edital é válido.

55. Quanto ao atendimento do subitem IAL 5.5 (b) 2.1 do Edital da LPI n.º 001/2015, por parte da empresa Engemil, cabe a esta Unidade Técnica discorrer sobre a definição de obra de arte especial, visto que, de acordo com o apresentado, a manifestação da SEMOB e da Empresa Engemil recaem precipuamente sobre a definição desse termo.

56. Conforme comentado pela Comissão de Licitação da SEMOB, o Manual de Projeto de Obras de Arte Especiais do então Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (hoje DNIT), em 1996, não apresenta um conceito



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

acerca de obras de arte especiais, contudo, o glossário de Termos Técnicos Rodoviários do DNIT apresenta a seguinte definição:

Obra de arte: designação tradicional de estruturas, tais como pontes, viadutos, túneis, muros de arrimo e bueiros, necessários à implantação de uma via.

Obra de arte corrente: obra de arte de pequeno porte, tal como bueiro, pontilhão e muro, que normalmente se repete ao longo da estrada, obedecendo geralmente a projeto padronizado.

Obra de arte especial: estrutura tal como ponte, viaduto ou túnel que, pelas suas proporções e característica peculiares, requer um projeto específico.

57. O Manual de Projeto de Obras de Artes Especiais da Engenharia Construções e Ferrovias S. A. – VALEC, mencionado pela CPL/SEMOB, traz o seguinte conceito:

Entende-se por OBRAS-DE-ARTES ESPECIAIS FERROVIÁRIAS toda e qualquer estrutura como pontes, viadutos ferroviários ou rodoviários, passagens superiores, passagens inferiores e passarelas desde que infiram na solução de transposição do modal ferroviário a ele mesmo ou a outros modais, projetadas em concreto armado, protendido, metálicas, madeira ou em combinação entre estes sistemas construtivos estruturais.

58. A cartilha do CREA/RS, relacionada à manutenção de obras de arte especiais, apresenta a definição reproduzida a seguir:

Obra de Arte Especial: estrutura, tal como ponte, passarela, viaduto ou túnel que, pelas suas proporções e características peculiares, requer um projeto específico.

Ponte: obra de arte especial destinada a permitir que uma estrada transponha um obstáculo líquido.

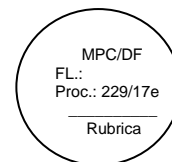
Passarela: estrutura destinada a permitir a transposição, por pedestres, de um obstáculo natural ou artificial.

Túnel: galeria subterrânea de passagem de uma via de transporte ou canalização.

Viaduto: obra destinada a permitir que uma estrada transponha vales, grotas ou outras estradas ou contorne encostas, bem como substitua aterros.

59. Da definição acima percebe-se, de maneira comum, serem obras de arte especiais as estruturas que tenham por finalidade vencer um obstáculo ou um vão para dar continuidade ou para transpor uma via de transporte. Além disso, o referido manual somente apresenta a ponte, a passarela, o túnel e o viaduto como obras de arte especiais.

60. Contudo, a CPL/SEMOB, ao rejeitar o recurso da empresa AJL Engenharia, expôs que os atestados de execução das obras dos Terminais de Ônibus Urbanos do Recanto das Emas I e II foram suficientes para a comprovação da experiência da empresa Engemil na execução de obra de arte especial em vias urbanas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

61. Ocorre que esta Unidade Técnica não coaduna com tal entendimento, porquanto, conforme mencionado, somente são consideradas obras de arte especiais as que tenham a finalidade de vencer um obstáculo ou um vão nas vias, ou seja, referem-se às obras comumente viárias.

62. Por outro lado, a construção de um terminal rodoviário se refere, em verdade, a uma obra de edificação, não podendo ser enquadrada como obra de arte especial, conforme exigido na comprovação da capacitação técnica exigida no edital.

63. Corrobora com tal conclusão a classificação contida no Anexo VII da Instrução Normativa RFB n.º 971/2009, elaborada com base na classificação nacional de atividades Econômicas, reproduzida a seguir:

41 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
 41.2 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
 41.20-4 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS
 4120-4/00 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (OBRA)

Esta Subclasse compreende:

- a construção de edifícios residenciais de qualquer tipo;
- casas e residências unifamiliares;
- edifícios residenciais multifamiliares, incluindo edifícios de grande altura (arranha-céus);
- a construção de edifícios comerciais de qualquer tipo: (..)
- **instalações para embarque e desembarque de passageiros (em aeroportos, rodoviárias, portos, etc.);**

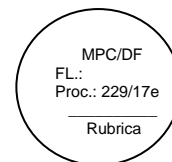
42 - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA
 42.1 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS, FERROVIAS, OBRAS URBANAS E OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS
 42.11-1 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS (...)
 4212-0/00 CONSTRUÇÃO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS (OBRA)

Esta Subclasse compreende:

- **a construção e recuperação de pontes, viadutos, elevados, passarelas, etc;**
- **a construção de túneis (urbanos, em rodovias, ferrovias, metropolitanos).**

Esta Subclasse não compreende:

- a construção de rodovias, vias férreas e pistas de aeroportos (4211-1/01);
- a construção de obras de urbanização (ruas, praças e calçadas), inclusive a pavimentação dessas vias (4213-8/00);
- as obras portuárias, marítimas e fluviais (4291-0/00);
- as obras de montagem industrial (4292-8/02);
- **os serviços especializados de arquitetura (projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos) (7111-1/00);**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

- os serviços especializados de engenharia (concepção de projetos estruturais e de instalações, supervisão e gerenciamento de projetos de construção) (7112-0/00);
- os serviços de paisagismo (8130-3/00).

64. Assim, para esta Unidade Técnica, a interpretação comum (utilizadas em livros, normas e outros) quando se usa o termo obras de arte especiais envolve, necessariamente, a construção e/ou a recuperação de pontes, viadutos, elevados, passarelas e túneis (urbanos e em rodovias, ferrovias ou metropolitanos).

65. Quanto ao argumento apresentado pela CPL/SEMOB de que as publicações técnicas em torno de grandes obras viárias urbanas, como o Bus Rapid Transit (BRT) colocavam uma série de obras que originalmente não se enquadravam no conceito de “obras de arte especiais”, citando como exemplo a caracterização das estações dos usuários de transporte urbano, consultou-se o escopo da obra realizada pelo DER/DF destinada à implantação do sistema de transporte de passageiros entre as cidades do Gama, Santa Maria e o Plano Piloto, denominado Eixo Sul/VLP ou Expresso DF. Como parte do objeto do Contrato n.º 15/2009, tem-se:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constituem objeto do presente instrumento:

I – execução do Projeto Executivo de Engenharia;

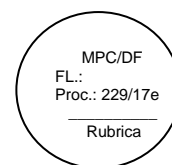
*II – execução de obras Civas, incluindo: terraplanagem, pavimentação, **obras de artes especiais, estações e terminais de passageiros**, edificações operacionais e pátios de estacionamentos de veículos, obras de reurbanização, fornecimento e montagem de sistemas de controle, destinados à implantação do Sistema de Transporte de Passageiros entre as cidades do Gama, Santa Maria e Plano Piloto.*

66. Percebe-se que os terminais de passageiros não foram incluídos na espécie de obras de arte especiais, mas como uma das outras obras civis a serem realizadas.

67. A CPL/SEMOB afirma, ainda, que “uma pesquisa rápida sobre o tema aplicado às construções para as Olimpíadas do Rio de Janeiro 2016 mostra a inclusão de estádios, monumentos, viadutos, equipamentos esportivos de grande porte, etc., dentro do conceito de construção de obra de arte”.

68. Entretanto, esta Unidade Técnica, encontrou a seguinte reportagem¹ no site Portal da Copa 2014:

¹ Acesso em 13/02/2017. <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/voce-sabe-o-que-e-uma-obra-de-arte-na-construcao-civil>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

PORTAL DA COPA
Site do Governo Federal Brasileiro sobre a Copa do Mundo da FIFA 2014™

Campeã
Português | English | Español
Veja os resultados
Buscar

Início Serviços O Brasil e a Copa Copa do Mundo Sedes Oportunidades Notícias Centro de Mídia

Você sabe o que é uma obra de arte na construção civil?
04/07/2013 - 15:39
Confira vídeo que mostra a aplicação do conceito nas obras da Transcarioca, corredor exclusivo que ligará a Barra ao aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro

Pontes - Obras de arte da TransCarioca | Cidade Olímpica

‘Obras de arte’ da TransCarioca

Duas pontes estaiadas fazem parte do trabalho previsto na Transcarioca. As pontes estaiadas são exemplos de obras de arte na construção civil, assim como túneis, viadutos e trincheiras. "Dentro da engenharia, a obra de arte tem valor técnico muito grande", explica o engenheiro Igor Oliveira. "É toda estrutura executada para vencer barreiras", completa o também engenheiro Jorge Luiz de Souza.

Igor trabalha na construção da ponte estaiada da Barra da Tijuca e Jorge Luiz na ponte estaiada da Ilha do Governador, as duas mais importantes intervenções da TransCarioca, corredor para BRTs que ligará o Terminal Alvorada, na Barra, ao Aeroporto Internacional Tom Jobim, na Ilha.

Ao todo, são 39km de extensão, 45 estações e 14 bairros percorridos. Construída em dois lotes (da Barra à Penha e da Penha ao Galeão), a obra prevê benefícios para 440 mil passageiros diariamente. Os ônibus são equipados com ar-condicionado e têm capacidade para transportar 160 passageiros.

Fonte: Cidade Olímpica

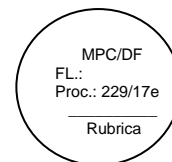
TAGS:
mobilidade urbana Rio de Janeiro Transcarioca

69. Nota-se que a definição apresentada para obra de arte especial é “toda estrutura executada para vencer barreiras”, conceito compatível com o apresentado anteriormente por este Corpo Técnico.

70. Com isso, se foram encontradas referências a estádios e equipamentos como obra de arte (seja corrente ou especial), infere-se que tais apontamentos foram feitos em referência genérica, em relação ao porte da obra e possivelmente sem conteúdo técnico, pois, conforme demonstrado, tais construções deveriam ser consideradas, assim, como os terminais rodoviários, como obras de edificações.

71. Cabe esclarecer que esta unidade técnica está avaliando a capacidade técnica da empresa declarada vencedora para executar o objeto licitado, considerando apenas o atendimento dos requisitos contidos no edital, os quais foram postos pela própria SEMOB e estavam disponíveis aos licitantes, que, caso entendessem necessário, poderiam ter impugnado o edital.

72. A esse respeito cabe comentar que a CPL/SEMOB, em sua justificativa para o recurso, menciona várias vezes ter procedido a uma interpretação dos dispositivos contidos no edital, como a seguinte: “aplicação do conceito amplo,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

visando exclusivamente o interesse público (...) quando se há de se considerar os demais aspectos como menor custo”.

73. Entretanto, deve ser observado também no julgamento das propostas o princípio do julgamento objetivo, ainda que se trate de licitação internacional, nos termos art. 42, § 5º da Lei n.º 8.666/19932. Tal princípio preceitua que o julgamento deve ser baseado em critérios e parâmetros concretos, precisos e previamente estipulados no edital, afastando subjetivismos quando da análise da documentação.

74. Assim, aos licitantes é assegurado o conhecimento prévio dos critérios utilizados para o julgamento das propostas, os quais deverão ser claros e objetivos.

75. Importa destacar que a proposta mais vantajosa deve atender ao interesse público, não somente aquela com o menor preço, mas também, e principalmente, a que tiver conformidade com os requisitos impostos pela Administração como necessários à sua elaboração.

76. Além disso, a SEMOB ao fazer a interpretação ampliativa de um dos principais requisitos do edital fere o princípio da isonomia, pois diversos outros interessados em participar do certame podem ter deixado de apresentar propostas acreditando que suas experiências anteriores não seriam suficientes para atender os requisitos do edital.

77. Por essas razões, os requisitos exigidos na habilitação técnica devem ter interpretação estritamente formal e exata, sem nenhum subjetivismo ou ampliação, ou seja, como o edital previa expressamente a comprovação de ter executado uma obra de arte especial em via urbana, a análise da semelhança, admitida no instrumento convocatório, baseada na escala física ou na tecnologia, deveria se restringir apenas a outras obras de arte especiais similares, caso contrário tal exigência não deveria estar no edital.

78. Frisa-se que o objeto licitado é a construção de passarelas, considerada, conforme os entendimentos mencionados e devido a sua finalidade de vencer um obstáculo ou barreira, uma obra de arte especial.

79. Destarte, entende-se que os atestados apresentados pela empresa Engemil engenharia atinentes à execução das obras dos Terminais de Ônibus Urbanos do Recanto das Emas I e II referem-se a obras de edificação e, por isso, não atendem ao requerido no subitem IAL 5.5 (b) 2.1 do Edital da LPI n.º 001/2015.

² § 5º Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e sejam objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho esse ratificado pela autoridade imediatamente superior.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

9. As conclusões foram nos seguintes termos:

- a) O atestado apresentado pela empresa Engemil Engenharia, atinente à construção do Hospital de Santa Maria, para comprovar a exigência prescrita no subitem IAL 5.5 2.2 do Edital é válido;
- b) No entanto, o atestado apresentado pela citada empresa, relacionado à execução das obras dos Terminais de Ônibus Urbanos do Recanto das Emas I e II, não atende à exigência de comprovação de experiência, objeto do subitem IAL 5.5 (b) 2.1 do Edital.

10. Nesse ponto, cabe destacar que o NFO se manifestou acerca da *“indevida adjudicação do certame à empresa sem comprovação da qualificação técnica”*³.

11. Na sequência, a 3ª DIACOMP, elaborou a Informação 33/2017, onde analisou os esclarecimentos apresentados pela Semob e empresa Engemil, frente as seguintes irregularidades apontadas pela empresa AJL:

- a) Ausência de informação à ora representante sobre os fundamentos utilizados pela SEMOB/DF no julgamento da improcedência do recurso administrativo interposto pela mesma; alega que a SEMOB/DF sumariamente informou-lhe sobre a improcedência de seu recurso administrativo e sobre a pronta adjudicação do respectivo contrato administrativo à empresa ENGEMIL (1ª colocada);
- b) Manifestas irregularidades do processo de habilitação técnica da LPI nº 001/2015:
- b1) indevida habilitação da empresa ENGEMIL (1ª colocada): alega que esta empresa foi habilitada sem a apresentação do Formulário “FIN 3.1” citado no edital;

12. Foram então apresentadas as seguintes considerações:

8. Relativamente à alínea “a”, a Semob informa que a Representante, empresa AJL Engenharia, requereu cópia de avaliação dos recursos, bem como cópia integral do procedimento da LPI nº 001/2015, em 28/12/2016, e em 02/01/2017 ao Secretário de Mobilidade do Distrito Federal. Tais solicitações foram atendidas por intermédio do Ofício nº 05/2017 - UEGP/SEMOB (Peça 17, fls. 39), de 13/01/2017, de acordo com que determina a Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o Direito Constitucional de Acesso às Informações Públicas. A empresa Engemil não apresentou resposta a este tópico. Com isso, a irregularidade apontada pela Representante não subsiste, tendo vista o atendimento das solicitações, nos termos da lei, por parte da Semob.

³ A AJL alega que nenhum dos atestados apresentados pela empresa ENGEMIL (1ª colocada) contempla a execução de obra de artes especiais em vias urbanas em valor atualizado de R\$ 4.100.000,00, como previsto em dispositivo editalício.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

9. No que tange à alínea “b1”, a Semob e a empresa Engemil não responderam objetivamente ao questionamento. No entanto, verifica-se no material anexo à Representação interposta (Peça 3, fl. 93), que a Semob já havia respondido à Representante, satisfatoriamente, no âmbito do procedimento licitatório conduzido pela CPL, conforme transcrito abaixo:

“Uma vez, pois, que cumpre a função apenas de compilar dados dos balanços para o Formulário FIN 3.1 - Da Situação Financeira, onde estão diretamente transcritas, sem intermediação, as informações extraídas da íntegra dos balanços e demonstrativos presentes na proposta, essas, sim essenciais e bastantes à análise das propostas. Pode-se considerar dispensável o preenchimento do Formulário FIN - 3.1 (a), pela simples razão de que somente repete informações que estão presentes no formulário principal.

Assim, caracterizada sua condição de formulário intermediário, com a função apenas de compilar dados dos balanços ou de apresentar informações em duplicidade com as informações que, necessariamente, compõem o Formulário FIN 3.1, a Comissão de Licitação, com aval dos princípios administrativos da instrumentalidade das formas, da razoabilidade, da efetividade e da economicidade (o preço apresentado nessa proposta é substancialmente menor, representando vantajosidade para a Administração), julga possível dispensar o Formulário FIN - 3.1 .(a), sem prejuízo para a higidez dos dados já constantes dos balanços e demonstrativos, e nem para a validade da proposta que eventualmente o deixe de apresentar.

No caso concreto, tem-se em conta que a existência de dois formulários requerendo praticamente as mesmas informações pode induzir em erro. Tanto o proponente como o avaliador. Dessa forma, conforme afirmado alhures. Assenta-se como mais consentâneo com os princípios já declinados que, em caso de dúvida, prevaleça o formulário que apresente as informações de maneira a mais completa possível, no caso, o Formulário FIN- -3.1.” (sem grifos no original)

10. Da transcrição acima, verifica-se que a decisão da CPL foi correta, ao relevar o não preenchimento do formulário FIN 3.1 na habilitação da empresa Engemil, pois as informações contidas neste formulário eram também encontradas no formulário FIN 3.2, o que tornava aquele dispensável, não havendo qualquer prejuízo ao procedimento. Conforme se depreende do Edital do certame (Peça 31, fls. 71/72), tais formulários têm conteúdos idênticos. Com isso, a irregularidade apontada pela Representante não subsiste, tendo vista as justificativas apresentadas por parte da Semob.

13. As sugestões foram:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

- I - tomar conhecimento:
 - a) da carta apresentada pela Representante AJL Engenharia (Peça 13), do Ofício nº 46/2017-GAB/Semob (Peça 17 e documentos associados), e da carta apresentada pela empresa Engemil Engenharia (Peça 15);
 - b) da Nota Técnica nº 03/17-NFO (Peça 33);
- II - considerar:
 - a) parcialmente procedente a Representação formulada pela AJL Engenharia (Peça 3), especificamente em relação ao atestado apresentado pela Engemil, relacionado à execução das obras dos Terminais de Ônibus Urbanos do Recanto das Emas I e II, o qual não atende a comprovação da experiência exigida no subitem IAL 5.5 (b) 2.1 do Edital da Licitação Pública Internacional – LPI nº 001/2015;
 - b) irregular a habilitação da empresa ENGEMIL Engenharia, Manutenção e Instalação Ltda. no referido certame, efetuada sem observância da vinculação ao instrumento convocatório, ao arrepio do art. 3º da Lei nº 8.666/93;
- III - determinar, com esteio no art. 1º, inciso X, da Lei Complementar nº 01/94, que a Semob, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as medidas necessária, delas dando ciência a esta Corte, para o estrito cumprimento da lei, ante a irregularidade citada no item II “b”;
- IV - autorizar:
 - a) a ciência dos interessados;
 - b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para adoção das providências cabíveis.

14. Os autos vieram ao Ministério Público para parecer que aquiesce à análise efetuada pela Unidade especializada, NFO, bem como às considerações expendidas pela 3ª DIACOMP, não tendo nada a acrescentar.

15. Destaca-se, contudo, que, em 17/03/2017, deu entrada, no MPC/DF, documento nominado ELEMENTOS ADICIONAIS, encaminhado pela empresa Engemil, por meio de seu representante legal (edoc E72BA4FF), com considerações acerca da Representação encaminhada pela empresa AJL.

16. Cabe, assim, ressaltar que as informações constantes do referido documento já foram analisadas pelo NFO, na Nota Técnica nº 03/17, bem como pela 3ª DIACOMP, na Informação 33/2017. De fato, se se deixar de considerar o atestado atinente ao HRSM, os dois outros atestados, Terminal de ônibus Urbano de Recanto das Emas II e Reforma da sede do 11º BTM, em Samambaia, ofertados pela empresa Engemil, não se referem em nenhum



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

momento à construção de passarelas. Saliente-se, por outro lado, que o objeto do contrato é “contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos executivos e da construção de passarelas PS 06 e PS 07 na DF-095/ETCL e da passarela PS 04 na DF-003/EPIA - lote 01”. Por isso, não se pode arguir de excessiva a exigência constante no edital.

É o parecer.

Brasília-DF, 20 de março de 2017.

**CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
PROCURADORA MPC/DF**